

# POLÍTICAS PÚBLICAS EM TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ/RN

Cristhiane Marques de Freitas <sup>1</sup>

Alexandre Meneses Chagas <sup>2</sup>

## RESUMO

O estudo tem como objetivo conhecer o processo histórico de implantação das políticas públicas em tecnologia na educação no Brasil para compreender o processo de implementação destas políticas no município de Mossoró/RN. Esse movimento tornou-se fundamental para ampliar o olhar crítico e reflexivo as metas da política vigente, Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), objeto de estudo da futura tese de doutorado desta pesquisadora. A pesquisa é qualitativa com abordagem bibliográfica e documental. Alguns autores contribuíram com a análise da trajetória histórica das políticas públicas em tecnologia na educação implantadas no Brasil, Oliveira (1997), Valente e Almeida (2020), Moraes (1997) e na implementação dessas políticas no município de Mossoró/RN, Freitas e Souza (2016), Costa e Guerra (2018). Diante dessa análise foi possível perceber que o processo de implementação das políticas públicas ampliou o acesso e a interação das tecnologias digitais no desenvolvimento das propostas pedagógicas nas escolas, mas ainda de forma muito incipiente, sem abranger a totalidade das escolas e com inúmeras lacunas que dificultaram a efetivação das metas estabelecidas pelas políticas. A produção deste estudo se tornou relevante ao proporcionar aos gestores, educadores e a sociedade, um olhar mais amplo sobre a idealização, contextualização e processo de implementação das políticas públicas, favorecendo possíveis construções e inovações em futuras atuações.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Tecnologias na educação, Implementação.

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas são instrumentos de poder construído para efetivar os direitos dos cidadãos, soluções específicas para atender as demandas da sociedade, resolvendo conflitos e estabilizando a ordem dos assuntos públicos, bem como unificar as ações da sociedade. As políticas são processos e não produtos acabados. O seu processo político é marcado pelo contexto, por momentos históricos e pelas condições das decisões.

Este artigo tem como objetivo conhecer a trajetória histórica da implantação das políticas públicas em tecnologia na educação no Brasil para compreender a implementação destas políticas na rede municipal de ensino de Mossoró/RN. Um estudo de cunho bibliográfico e documental com análise dos decretos, portarias, documentos e

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes - SE, [cristhiane.rn@gmail.com](mailto:cristhiane.rn@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Tiradentes - SE, [profamchagas@gmail.com](mailto:profamchagas@gmail.com).

artigos publicados referentes as políticas públicas em tecnologia na educação desenvolvidas no contexto global e local.

A temática a ser desenvolvida está relacionada ao percurso profissional e acadêmico desta pesquisadora. Professora da rede municipal de Mossoró-RN que atuou no processo de adesão e implementação de políticas públicas em tecnologia na educação no período de 2008 a 2022, inicialmente como dinamizadora do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e depois, como articuladora do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC). E no percurso acadêmico, as temáticas educação e tecnologia integraram seus estudos e pesquisas desenvolvidos nas Especializações (Informática Aplicada e Mídias na Educação) e no Mestrado interdisciplinar em Cognição e Tecnologias, e agora, busca ampliar esses conhecimentos na futura tese de doutorado em educação que vem desenvolvendo com o objetivo de analisar a implementação da PIEC.

Esse fazer tornar-se-á necessário para conhecer o percurso histórico da implantação e implementação das políticas públicas e assim, conseguir perceber como foi se constituindo a inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação brasileira e no município de Mossoró-RN. Desta forma, será apresentado o nome da Política / Programa, ano de fundação, objetivos e as estratégias para buscar elucidar algumas reflexões sobre o trajeto dessa experiência. A intenção é tentar perceber como as mesmas contribuíram para promover o acesso e a inserção das TDIC nas escolas.

Com base nos estudos foi possível perceber o desenvolvimento de uma trajetória marcada pelas influências dos fatores econômicos, sociais e governamentais, inicialmente teve a execução de ações com base nas referências determinadas e defendidas pelo sistema militar, bem como a experiência de outros países, e depois com as pesquisas e estudos dos professores universitários.

É importante frisar que essas influências são perceptíveis até hoje, desde a inserção das tecnologias na educação que carrega a intenção de capacitar os futuros profissionais para corresponder ao desenvolvimento tecnológico industrial e a sociedade globalizada da informação e comunicação, até o desenvolvimento e construção do currículo que contempla desenvolver a formação de competências e habilidades necessárias ao século XXI.

Pois, a partir desses interesses foram emergindo as políticas públicas em tecnologia na educação. E com o apoio dos estudiosos e pesquisadores das universidades

foram desenvolvidos e realizados os Seminários Nacional de Informática na Educação, a Jornada de Trabalho Luso Latino-Americana de Informática na Educação e a implantação dos centros-piloto para formação e desenvolvimento de estudos e pesquisas. Os seminários proporcionaram a criação do primeiro projeto de política pública em educação e tecnologia, o Projeto Brasileiro de Informática na Educação (EDUCOM). E as recomendações definidas nos seminários seguem até hoje sendo aplicadas, como pode-se ainda observar na política pública em vigência, a PIEC.

Portanto, essa trajetória deixou marcas nítidas de mudanças nas instituições de ensino. Ampliou o acesso e a inserção de TDIC mesmo que ainda de forma incipiente, carregada de inúmeras dificuldades e fragilidades, afetada pelo descontínuo planejamento das ações e pouco investimento financeiro nas dimensões, humana (formação) e técnica (equipamentos, conectividade e recursos digitais).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é de abordagem qualitativa, se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Propõe um delineamento com a análise bibliográfica e documental das políticas públicas que fomentaram o acesso e a interação das tecnologias na educação.

Foi desenvolvido o delineamento dos fatos históricos com os apontamentos das leituras dos artigos produzidos pelos pesquisadores e estudiosos, Oliveira (1997), Valente e Almeida (2020), Moraes (1997) para discutir e refletir as políticas públicas em tecnologia na Educação do Brasil. E com os autores, Freitas e Souza (2016), Costa e Guerra (2018) as implementações destas políticas públicas no município de Mossoró/RN, como também os dados apresentados nos relatórios e documentos publicados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTM).

Diante do material selecionado foi realizado o recorte das ações consideradas mais importantes e enfáticas no sentido da compreensão e percepção da continuidade do processo e suas interrelações entre os fatos globais e locais. Esses recortes foram refletidos com a intenção de perceber possíveis auto-organização de saberes e fazeres que influenciaram no acesso e na integração das TDIC nas escolas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O interesse dos órgãos governamentais em investir na inclusão digital nas escolas surgiu com o interesse da sociedade em acompanhar o crescimento econômico através do desenvolvimento tecnológico industrial marcado pelo desenvolvimento da sociedade produtiva e competitiva.

O percurso inicial das concepções e interesses para a construção das políticas públicas em tecnologias na educação no Brasil, teve seus primeiros indícios apontados com as experiências desenvolvidas nas universidades no princípio da década de 70, instigados pelo que já vinha acontecendo em outros países como nos Estados Unidos da América e na França. Moraes (1997, p. 1) relata que “as primeiras demonstrações do uso do computador na educação, na modalidade CAI, *Computer Aided Instruction*, ocorreu no Rio de Janeiro, em 1973, na I Conferência Nacional de Tecnologia Aplicada ao Ensino Superior”.

A primeira iniciativa do governo federal foi em plena ditadura militar, criando órgãos e a Secretária Especial de Informática (SEI) com a finalidade de regulamentar, supervisionar e fomentar o desenvolvimento e a transição tecnológica do setor. O SEI foi criado para coordenar a execução da política pública nacional de informática. Nesse processo de construção, identificou que a educação é uma potência para disseminar a cultura tecnológica (MORAES, 1997).

Conforme o autor supracitado, naquela época, já havia um consenso de que a educação seria o setor mais importante para construção de uma modernidade aceitável e própria, capaz de articular o avanço científico e tecnológico com o patrimônio cultural da sociedade e ainda promover as interações necessárias na sociedade. Ao considerar o contexto do Governo Militar, destaca-se que nesse período ocorreu a postura centralizadora do poder, o uso de procedimentos extremamente autoritários.

Entretanto, este cenário foi se modificando no início dos anos 80 até março de 1985, com o fim do governo militar. As mudanças ocorridas foram frutos das inúmeras iniciativas referente a informática na educação, consequências dos esforços desenvolvidos em outros países que despertaram o interesse do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), do governo e dos pesquisadores das universidades. Surgindo, assim, a implantação dos programas educacionais de informática, com base nas recomendações da comunidade científica que promoveu a realização do primeiro e segundo Seminário

Nacional de Informática na Educação que aconteceu na Universidade de Brasília em 1981 e na Universidade Federal da Bahia em 1982.

Algumas recomendações dos seminários foram citadas pelos autores, Moraes(1997) e Valente e Almeida (2020), da seguinte forma: desenvolver atividades de informática balizadas por valores culturais, sócio-políticos e pedagógicos; prevalecer no planejamento a questão pedagógica do que as ações tecnológicas; identificar o computador como meio de ampliar as funções do professor e não como forma de substituição; não limitar o acesso da tecnologia na educação ao ensino do 2º grau, ampliar para outros graus e modalidades de ensino, acentuando o caráter interdisciplinar.

Esses seminários proporcionaram a criação do primeiro projeto de política pública em educação e tecnologia, o EDUCOM, que iniciou em 1981, fruto do documento construído nos seminários “Subsídios para a implantação do Programa Nacional de Informática na Educação” que estabelecia as linhas de ação norteadoras para a implantação da informática na educação.

O Projeto EDUCOM foi coordenado pelo Centro de Informática (CENIFOR) do Ministério de Educação (MEC), resultado das reivindicações da comunidade acadêmica. Tendo como objetivo principal “estimular o desenvolvimento da pesquisa multidisciplinar voltada para a aplicação das tecnologias de informática no processo de ensino-aprendizagem” (OLIVEIRA, 1997, p. 34).

Portanto, conforme o autor supracitado, o início das atividades do projeto só foi acontecer em 1984, após a implantação dos centros-piloto nas universidades. As dificuldades de executar as ações do projeto foram surgindo com a falta de financiamento, e quando existia o recurso, sofriam com o atraso nos repasses, prejudicando a realização das atividades básicas para o funcionamento das ações.

A dificuldade com o financiamento faz parte da história de luta e conquista da educação. “O que a evolução histórica, pelos caminhos da legislação, demonstra é que, pelo menos até 1934, este financiamento foi basculante, seja por insuficiência de recursos, seja por ineficiência do sistema de arrecadação” (CURY, 2018, p. 1247).

Diante das dificuldades apresentadas no financiamento do Projeto EDUCOM, como também, no aspecto filosófico que norteava as intervenções na área da informática educativa, Oliveira (1997) relata que um novo programa foi criado em 1986, o Programa de Ação Imediata em Informática na Educação de 1º e 2º Graus, com aprovação recomendada pelo Comitê Assessor de Informática na Educação (CAIE), coordenado pela Secretaria de Informática do MEC. O comitê passou a ser o local de discussão e de

encaminhamento da Política Nacional de Informática na Educação. Uma das primeiras ações do programa foi a avaliação do Projeto EDUCOM.

Nesse período foram elaborados vários projetos com objetivos diversificados que buscavam atender as necessidades do sistema de ensino na área de Informática Educativa. Dentre os projetos previstos destacamos aquele referente à formação de recursos humanos (Projeto Formar) e o referente à implantação dos Centros de Informática e Educação (Projeto Cied). No entanto, embora estes sejam os principais, constavam no plano de ação imediata, outros projetos, tais como: a) Levantamento das necessidades dos sistemas de ensino do país, relativas à informática no ensino de 1º e 2º graus; b) Elaboração da Política de Informática Educativa para o período de 1987 a 1989; c) Estímulo à produção de softwares educativos (OLIVEIRA, 1997, p.45).

A Organização dos Estados Americanos (OEA) através do seu Departamento de Assuntos Educativos, reconheceu o esforço do Brasil e convidou o MEC a apresentar um projeto de cooperação multinacional envolvendo outros países latino-americanos. Uma das ações propostas pelo Brasil foi a realização da Jornada de Trabalho Luso Latino-Americana de Informática na Educação, realizada em maio de 1989, na cidade de Petrópolis. A proposta da jornada era identificar as possíveis áreas de interesses para subsidiar o projeto internacional sob a chancela da OEA. Em 1992, o Brasil deixou de pagar a quota anual da organização e ficou impossibilitado de realizar as atividades propostas, prejudicando a liderança latino-americana conquistada pelo Brasil (MORAES, 1997).

Diante de todas as iniciativas investidas e entendendo que a informática educativa é um problema pedagógico, surge o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) em 1989, através da Portaria Ministerial nº 549/GM. O programa objetiva incentivar a capacitação dos professores, técnicos e pesquisadores no domínio da tecnologia de informática educativa (OLIVEIRA, 1997).

Na sequência, o Ministério da Educação aprovou o 1º Plano de Ação Integrada (PLANINFE) que estabelecia os objetivos, as metas e atividades associados a um horizonte temporal no período de 1991 a 1993. O PLANINFE, assim como o PRONINFE, destacava a necessidade de um forte programa de formação de professores, acreditando que as mudanças só deveriam ocorrer se estivessem amparadas em profundidade por um forte programa de capacitação de recursos humanos.

Embora o PRONINFE tenha sido instituído em 1992, com a especificação de rubrica orçamentária própria, nenhuma ação foi realizada, pois houve uma estagnação nas

políticas e nas ações desse campo. Apenas em uma nova gestão governamental foi criado outro programa nacional (MORAES, 1997).

Anos depois, em 1997 foi criado o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) que abrangeu todo o território nacional e depois, tornou-se política. Em 2007, foi transformado em ProInfo Integrado, tendo como proposta estabelecer a inter-relação entre diferentes projetos, ações e recursos oferecidos para as escolas e a inter-relação com o ensino e a aprendizagem. O programa conseguiu ampliar as suas metas, disponibilizou computadores nos laboratórios de informática através do ProInfo Urbano e ProInfo Rural, “até junho de 2010, foram entregues pelo ProInfo 56.510 laboratórios, sendo 34.223 urbanos e 22.287 rurais, com atendimento de 92% dos 5.561 municípios brasileiros que aderiram ao Programa” (VALENTE; ALMEIDA, 2020, p.23).

O ProInfo concentrou os seus esforços na infraestrutura com a implantação dos laboratórios de informática e na formação de professores de todas as áreas disciplinares para que pudessem utilizar esses equipamentos como recurso estritamente pedagógico e integrado às atividades de sala de aula. A estratégia utilizada para ampliar a formação continuada foi a construção do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) nas redes estaduais, e depois, o NTM nas redes municipais, com o objetivo de oferecer capacitação aos profissionais da educação.

Nesse período, conforme relatam os autores, também foram implantados inúmeros programas e projetos para apoiar a disseminação das TIC. O ProInfo foi paralisando suas ações e no final de 2017, o Decreto 9.204/2017 foi publicado instituindo o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC) e, em julho de 2021, a Lei Nº 14.180 institui o programa como Política. O PIEC tem como objetivo cumprir uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a universalização do acesso à internet nas escolas públicas para promover a utilização pedagógica das tecnologias digitais na educação básica (BRASIL, 2017a).

As medidas instituídas pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) destaca que o PNE refere ao diagnóstico da educação no país, com o estabelecimento de metas e, especialmente, quanto à previsão dos recursos relativos ao financiamento da educação. O desenvolvimento do PIEC foi planejado para atender as metas do PNE e o desenvolvimento das competências e habilidades contempladas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com ações a ser desenvolvidas entre os anos de 2017 a 2024, distribuídas em três fases: indução, expansão e sustentabilidade. Na última fase, o programa planeja atingir 100% dos alunos da educação básica (BRASIL, 2017b).

O programa se conecta com as ações do ProInfo, porém este propõe executá-las de forma integrada e equilibrada. O PIEC enfatiza a importância de contemplar na educação as ações em quatro dimensões, conforme a teoria *Four in Balance* (Quatro em Equilíbrio): visão, infraestrutura, Recursos Educacionais Digitais (RED) e formação de gestores e professores. Os quatro eixos devem estar em equilíbrio para que a utilização seja eficaz, orientada e controlada. Esse marco conceitual foi trazido para o PIEC através da empresa parceira, CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira, que advém da Teoria *Four in Balance*, desenvolvida pela organização holandesa *Kennisnet* (BRASIL, 2017b).

O documento supracitado apresenta as estratégias desenvolvidas para envolver a participação das redes públicas da educação básica, definindo que será no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec) onde foi incluído o módulo “Educação Conectada” para as secretarias realizarem a adesão ao programa, a seleção das escolas e a indicação de um articulador para acompanhar, elaborar os diagnósticos e planos locais de inovação junto com os gestores.

É importante destacar que às escolas ao aderirem ao programa precisam incorporar o uso da tecnologia digital na prática pedagógica em conformidade com seu Projeto Político Pedagógico (PPP). E quando o recurso do PIEC for utilizado pela escola na contratação da internet, o gestor deverá instalar o medidor de internet disponibilizado pelo MEC no portal, <https://medidor.educacaoconectada.mec.gov.br/>.

Agora, ciente da trajetória histórica da implantação das políticas públicas em tecnologia na educação no Brasil, será apresentado a implementação na rede municipal de ensino de Mossoró/RN. Esse processo iniciou em 2006, com a aquisição de alguns laboratórios de informática para as escolas realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Não foi localizado nos documentos publicados a origem do recurso utilizado para esta aquisição. Conforme, Freitas e Souza (2016) no ano de 2008 foi realizado um relatório que identificou a existência desses 19 laboratórios de informática, mas que nem todos estavam instalados ou com condições adequadas para uso.

Segundo as autoras supracitadas, o resultado desse relatório impulsionou a rede municipal a realizar em 2008 a adesão ao ProInfo, primeira política pública em tecnologia na educação implantada pelo município de Mossoró/RN. As autoras afirmam que após concluir a adesão e selecionar as escolas, os laboratórios começaram a chegar, e em seguida, o técnico do MEC realizava a instalação.

Em janeiro de 2011, foi aprovado e homologado a criação do NTM na rede municipal, “mediante o Ofício nº 273/2010/DITEC/SEED/MEC, passando o órgão a ser reconhecido pelo MEC/PROINFO”. Com a implantação do NTM o município conseguiu avançar nas estratégias da formação continuada para integrar as tecnologias digitais no fazer pedagógico dos professores (FREITAS; SOUZA, 2016, p. 122 e 123).

Foram inúmeras as ações desenvolvidas através do ProInfo, mas devido a descontinuidade, o programa foi paralisando suas atividades. Conforme a análise dos autores, Costa e Guerra (2018), os investimentos do programa foram cortados, comprometendo o desenvolvimento das ações. Os computadores foram ficando obsoletos com configurações ultrapassadas, equipamentos que chegaram nas escolas entre os anos 2008 a 2010, através do pregão 2007, ou seja, máquinas que já chegaram com modelos ultrapassados e que não se encontram mais compatível com os atuais sistemas operacionais. Outro ponto relevante observado pelos autores, foi a ausência de monitoramento e avaliação do programa no âmbito nacional e pela própria rede municipal. E enfatizam a necessidade de avaliarem e de serem avaliados para colaborar com a melhoria de suas ações.

Conforme relatório publicado no blog do NTM (SME / NTM, 2022), em 2017 o município realizou a adesão ao PIEC, o objetivo principal desta política é apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade. Na adesão o secretário municipal de educação selecionou todas as 96 escolas da rede municipal, mas algumas escolas rurais das unidades nucleadas não foram contempladas por não possuírem caixa escolar, Unidade Executora Própria (UEX). Após a adesão, as ações do programa começaram, em 2018, (07) sete escolas da zona rural receberam a antena satelital. Em 2019, todas as escolas e unidades de educação infantil da zona urbana preencheram o Plano de Aplicação Financeira (PAF), e em 2020, foram contempladas com o PAF as unidades educacionais da zona rural. O recurso foi creditado a partir de maio de 2020 nas contas das escolas municipais, exceto algumas escolas rurais que não possuem UEX.

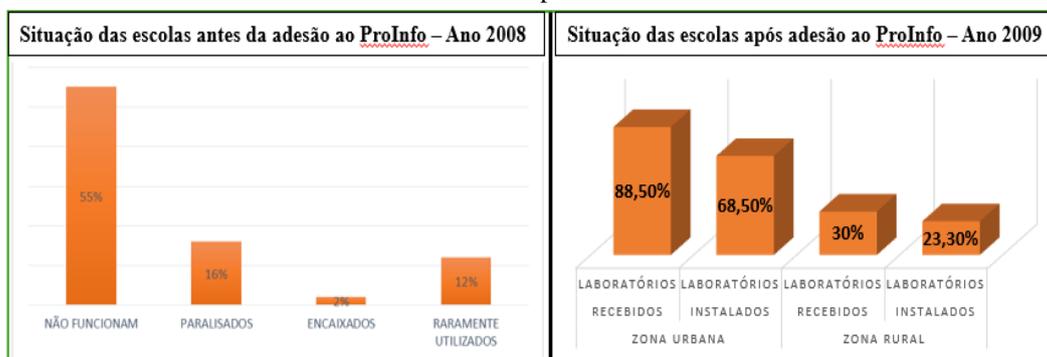
A PIEC define os seus seguintes princípios: promover a equidade de condições para o uso pedagógico das tecnologias ao disponibilizar o acesso em todas as escolas; acesso à internet com qualidade e aos recursos educacionais digitais; incentivo a formação dos professores e gestores; promoção da autonomia dos professores quanto a inserção da tecnologia na prática pedagógica; e a valorização do protagonismo dos alunos. Esses princípios constituem uma infraestrutura tecnológica que integram simultaneamente as dimensões (visão, formação/competência, RED e infraestrutura) e conectam com as

habilidades e competências do século XXI, constituindo assim, os elementos essenciais para compor o perfil de uma Escola Conectada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O EDUCOM foi o primeiro programa implantado em 1981, mas na rede municipal a inserção destas políticas públicas em tecnologia na educação iniciou apenas em 2008 com o ProInfo. Um programa que oportunizou o acesso e a integração das TDIC nas escolas, mesmo com inúmeras fragilidades e dificuldades. Antes da adesão ao ProInfo, 19 escolas da rede municipal de Mossoró possuíam laboratórios de informática, que correspondem a 20% do total das escolas. E após a adesão, em 2009 esse número aumentou consideravelmente para mais de 80% das escolas. Os gráficos abaixo apresentam a situação dos laboratórios das escolas nos anos 2008 e 2009:

Gráfico 1 – Infraestrutura das escolas antes e depois da adesão ao ProInfo – Anos 2008 e 2009



Fonte: Freitas e Souza (2016).

As informações apresentadas nos gráficos refletem que não basta investir em tecnologia, é importante equalizar o balanceamento entre as 4 dimensões apresentadas pelo PIEC. Pois, no município ocorreu a aquisição dos equipamentos, mas, conforme, Freitas e Souza (2016) não foi identificado nesse período a formação continuada em tecnologias educacionais para os professores, o apoio técnico para instalação dos laboratórios, os recursos pedagógicos digitais e o cultivar do olhar na visão do gestor e do professor sobre acreditar no potencial das tecnologias como ferramenta de apoio e mediação do fazer pedagógico.

A implementação das políticas públicas no município de Mossoró/RN proporcionaram processos de mudanças, avanços e retrocessos percebidos durante a análise, como: a necessidade do município adaptar e contextualizar a política a sua

realidade, garantindo que haja uma adequação das decisões formuladas com as necessidades da população a ser atendida; que o governo municipal realize sua contrapartida, investindo em tecnologias digitais nas escolas, bem como, garantindo a manutenção e atualização dos equipamentos e sistemas operacionais; que as ações desenvolvidas sejam planejadas e executadas em coletividade, envolvendo todos os agentes das escolas, os dirigentes da secretária de educação e o executivo; que as ações planejadas se materializem em práticas de transformação; que a tecnologia seja disseminada na escola como uma ferramenta de autoria e criatividade; que o programa/política vigente seja avaliado continuamente, como também, a equipe que executa suas ações.

Destarte, as tecnologias digitais têm alterado os modos de produzir, organizar e desenvolver o conhecimento. Dos computadores aos *smartphones* muitas mudanças foram acontecendo na educação, como novas formas de produzir conteúdo envolvendo as diversas mídias (áudio, vídeo e textos); no armazenamento e compartilhamento do ensino e da aprendizagem em ambientes físico ou virtual, nos formatos síncrono ou assíncrono das aulas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conhecer a história das políticas públicas em tecnologia na educação no Brasil e analisar os processos de implementação no município de Mossoró/RN foi um procedimento essencial para promover o movimento do saber macro para o micro, global e local, buscando compreender os modos de acesso e interação das tecnologias digitais na prática pedagógica desenvolvida nas escolas da rede municipal de Mossoró/RN.

Nesse fazer ficou evidente o forte envolvimento da comunidade acadêmica desde o princípio das concepções e idealizações até a promoção de grandes investimentos em estudos, pesquisas e formação continuada dos educadores. As recomendações promovidas nos Seminários Nacional de Informática na Educação que aconteceram nos anos de 1981 e 1982, culminaram a criação da primeira política pública em tecnologia na educação que seguiu corroborando com a implantação de todas as outras políticas, do EDUCOM ao PIEC.

Diante dessa sequência de políticas públicas implantadas e implementadas foi possível identificar algumas fragilidades que ocasionaram a paralisação e a criação de novos programas ou políticas, devido à ausência e a descontinuidade do financiamento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto no 9.204, de 23 de novembro de 2017**, que institui o Programa de Inovação Educação Conectada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017a.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/decreto/D9204.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/decreto/D9204.htm). Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL. **Diretrizes**: Documento da compilação de diretrizes técnicas e pedagógicas, critérios de participação, definições acerca do sistema e orientações sobre ações de apoio aos entes federados que venham aderir ao Programa de Inovação Educação Conectada. Brasília, 2017b. Disponível em:

[https://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_criterios\\_programa\\_inovacao\\_educacao\\_conectada.pdf](https://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_criterios_programa_inovacao_educacao_conectada.pdf). Acesso em: 22 dez. 2022.

COSTA, A. M. B.; GUERRA, L. C. B. Avaliação de Implementação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional: o caso ProInfo no município de Mossoró/RN.

**Empírica BR: Revista Brasileira de Gestão, Negócios e Tecnologias da Informação**.

01 ago. 2018. Disponível em: [https://www2.ifrn.edu.br/ojs](https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/EmpiricaBR/article/view/7542)

[/index.php/EmpiricaBR/article/view/7542](https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/EmpiricaBR/article/view/7542). Acesso em: 12 de dez. 2023.

CURY, C. R. J. **Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, out. 2018.

FREITAS, C. M.; SOUZA, M. S. Narrativas Autobiográficas: Reconstruindo a Trajetória do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal de Mossoró/RN via experiências de professores. In: AGUIAR, A.L. O., MEDEIROS, E. A., FRANÇA, M. C. F. **Educação, diversidade e histórias de vida: experiências da formação em contextos locais**. Curitiba: CRV, 2016, p. 115 – 135.

SME / NTM. **Relatório das ações desenvolvidas até 2021 - Programa de Inovação Educação Conectada – PIEC**. Mossoró, 2022. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1vJCmi\\_MiZdaGUFrLOBmn132cVw7RXTYj/view](https://drive.google.com/file/d/1vJCmi_MiZdaGUFrLOBmn132cVw7RXTYj/view). Acesso em: 27. dez. 2022.

MORAES, M. C. Informática Educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, no 1, set., pp.19-44, 1997.

OLIVEIRA, R. **Informática Educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. Campina, SP: Papirus, 1997.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. Políticas de tecnologia na educação no Brasil: Visão histórica e lições aprendidas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 2020.